

A RESPEITO DA CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA DO SENTIDO DO *BULLYING* E DO *CYBERBULLYING*

Ana Cristina Fricke Matte/Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Este artigo busca, antes de trazer conclusões, levantar pontos para reflexão. O termo *cyberbullying* tem sido usado para distinguir o *bullying* realizado diretamente entre as pessoas do *bullying* mediado por computadores em rede. Com base na teoria semiótica, discutimos a relação entre os dois termos tendo em vista lançar algumas luzes sobre essa diferenciação e possíveis consequências práticas do seu uso em relação à construção do sujeito na sociedade atual: os modelos tensivos por trás da construção do efeito de sentido de *bullying* e as estratégias de manipulação que conduzem a um *bullying* bem ou mal sucedido. Trata-se de refletir, portanto: até que ponto o *bullying* e o *cyberbullying* são problemas diferentes?

PALAVRAS CHAVE: *Bullying*. *Cyberbullying*. Manipulação. Tensividade. Paixão.

ABSTRACT: This article aims to raise points for discussion before then conclude anything. The term *cyberbullying* has been used to distinguish the *bullying* carried out face to face from the *bullying* mediated by networked computers. Based on semiotic theory, we discuss the relationship between these two terms in order to shed some light on this differentiation. Moreover, we discuss the possible practical consequences of the assumption of such differentiation on the construction of the subject in today's society: tensive models behind the construction of sense effects of *bullying* and strategies for handling *bullying* that lead to a successful or unsuccessful *bullying* try. The main question, therefore, is: to what extent *bullying* and *cyberbullying* are different problems?

KEYWORDS: *Bullying*. *Cyberbullying*. Manipulation. Tensivity. Passion.

INTRODUÇÃO

O conceito de *cyberbullying* traz em si a afirmação de um espaço especial de existência, que eu proponho chamar de *locus digitalis*. Muitos acreditam na existência de um “mundo virtual” no qual transitamos com uma liberdade maior do que seria, por oposição, um “mundo real”. A palavra “virtual”, no entanto, carrega um sentido antes vinculado ao imaginário da nossa cultura do que à existência propriamente dita.

Até o minidicionário Aurélio¹ sabe disso: virtual é o que “existe como potência, mas não realmente” ou “com possibilidade de realizar-se” ou ainda, vinculado ao jargão da informática, “diz-se daquilo que, por meios eletrônicos, constitui representação ou simulação de algo real”. Virtual não é realizado, não é concreto, não tem existência senão como simulação ou representação. No entanto, as relações entre pessoas conectadas entre si pela internet são relações reais, concretas, baseadas em afetividade e constituindo jogos de influências por vezes muito fortes. Somente

considerando-se essa perspectiva é possível admitir que haja *bullying* na internet.

Em outras palavras, o mundo virtual é falácia: o mundo on-line é o que é porque as mesmas pessoas que se relacionam fora dele são as que se relacionam nele – claro que, não necessariamente, nos relacionamos com as mesmas pessoas dentro e fora do ambiente on-line. Para discutir a relação entre os conceitos de *bullying* e de *cyberbullying* vamos partir da definição do primeiro para investigar a exploração que se faz dele numa sociedade para a qual a internet ainda é uma novidade.

No plano narrativo, o *bullying* envolve dois tipos de disputas: a disputa entre destinador e destinatário, na qual o destinador usa manipulação por provocação para que o destinatário aceite o quadro de valores segundo o qual a violência é uma forma legítima de competição, e a disputa entre sujeito e antissujeito, em que o objeto seria essa integração social da qual falamosⁱⁱ. No *bullying*, o agressor é duplamente vencedor: ele vence porque convence a vítima de que deveria defender-se, e vence também porque, nos casos bem sucedidos, a vítima é incapaz de defender-se. A nosso ver, a primeira disputa é superior à segunda, pois a segunda somente serviria de mote para dar continuidade à primeira.

Os tópicos abaixo são provocações, no sentido semiótico e no sentido leigo. Trago para cá uma breve exposição daquilo que o olhar semiótico descortinou sobre o gênero *bullying* dentro e fora da internet, sobre o papel dos sujeitos no sistema processual do *bullying* e a ideia de que todo problema tem uma solução.

1 A FALÁCIA DO GÊNERO COMO PRODUTO DO MEIO

A primeira provocação vem montada na proposta do resumo:

E concluo que não existe *cyberbullying* se o meio social afetado está fora da internet.

O que caracteriza o *Bullying*?

Semioticamente falando podemos dizer que o *bullying* é um percurso de provocação no qual o sujeito responsável pelo *bullying* sente satisfação em submeter a vítima a seu próprio quadro de valores. A vitória no *bullying*, portanto, é antes de mais nada cognitiva. Voltarei a isso no próximo tópico.

A vítima do *bullying* é exposta a uma sujeição contínua, da qual sente-se refém. Ela é o centro da cena na qual não tem o menor interesse, da qual não quer participar, pois não faz parte de suas premissas esse tipo de relação. É coagida a representar um papel que não escolheu, mas para o qual foi escolhida.

O *bullying* apareceu como um comportamento juvenil nas escolas, numa idade em que a identidade social está em formação e, portanto, quando os sujeitos estão mais vulneráveis a provocações que explorem suas “falhas” no sentido de sua socialização. Evidentemente, não é uma idade estrita, qualquer pessoa pode sofrer ou provocar *bullying*.

Existe um contexto social imediato no qual o valor maior é a integração. O sujeito está em conjunção com esse objeto-valor em duas situações, com graus de diferença no que diz respeito à vitória do sujeito como ser social: ou ele faz sucesso (a turma dos “populares” busca esse sucesso) ou, se não consegue isso, pelo menos não se destaca, pois a segunda posição de destaque seria

aquela em que o sujeito é excluído (Figura 1).

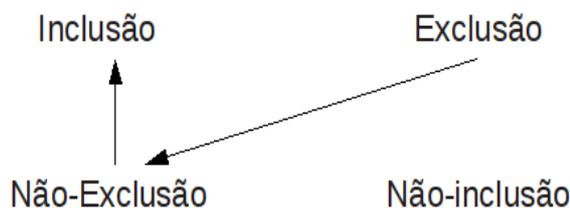


Figura 1: oposição entre inclusão e exclusão

A oposição entre inclusão e exclusão é tal que não ser excluído tende à inclusão e, portanto, assegura uma posição bem mais confortável do que a de não incluído.

O que difere se isso acontece na internet ou fora dela?

Marcuschi (2001) trabalha com a ideia de gênero segundo a qual o meio pode afetar a expressão do gênero, mas não o que o define. Assino embaixo: uma carta pode ser enviada por e-mail ou em papel, ou até por SMS. Uma notícia não deixa de ser notícia porque aparece *on-line* e não no jornal em papel. Mas cada meio possui suas características, que facilitam algumas formas de expressão e dificultam outras, levando a diferenças que, no entanto, não são substanciais para definir novos gêneros. Se não vou desconsiderá-las, também não acho apropriado superestimá-las.

O *cyberbullying* acontece na internet. Para mim, só teria sentido falar em *cyberbullying* se as relações entre os sujeitos envolvidos acontecesse exclusivamente na web – o que é evidentemente possível. Se a internet, no entanto, é apenas um recurso usado para provocação entre sujeitos que se relacionam presencialmente e cuja relação presencial é o foco do *bullying* em questão, não vejo nenhuma utilidade em se pensar em *cyberbullying*. Pense comigo: se o *bullying* acontece por publicações no jornal da escola, por cartazes publicados na rua, por imagens divulgadas na internet ou por agressões físicas em público ou não, trata-se unicamente da variação nas estratégias para o mesmo percurso passional de manutenção prazerosa do ato contínuo de manipulação por provocação.

O efeito da variação não depende do meio escolhido, mas da relação que a pessoa tem com tal meio, dentre outras coisas. Essa relação é baseada num contrato fiduciário: se a vítima acredita que a divulgação daquele conteúdo naquele meio pode afetar sua identidade social, o *bull* (agressor) pode utilizar com sucesso esse meio como recurso. E, como veremos, o sucesso da manipulação depende dessa capacidade do manipulador/destinador em conhecer os valores que, de fato, podem afetar o destinatário.

Um caso típico de *cyberbullying*, tomado como aqui o proponho, é o que pode acontecer em salas de *chat*. Muitas pessoas utilizam essas salas como meio de socialização. Existem salas sobre os mais variados temas, mesmo que, dependendo do horário, sexo seja o único assunto a render. Um exemplo genérico: se alguém, pelo motivo que for, começar a provocar um dos membros do grupo frequente para discussões em que sempre a competência intelectual da pessoa seja posta à prova, basta que o provocador seja bom no uso das palavras e consiga efeitos cômicos nas situações de embate para que, em pouco tempo, a vítima se sinta excluída do grupo.

A provocação, para a semiótica, é uma relação entre sujeitos na qual um sujeito

destinador procura induzir o destinatário a uma ação a partir de uma valorização negativa do ser desse sujeito. O sujeito, para não ser identificado com tal valor negativo, reage aceitando o contrato proposto. Por exemplo, quando se diz “você não é capaz de ler este artigo até o fim porque você é muito disperso”, estamos querendo induzir o destinatário a ler o artigo para provar que não é disperso. A provocação será eficaz somente se o destinatário acreditar que “ser disperso” é uma qualidade negativa e, portanto, deve aceitar o contrato e “ler este artigo até o fim” para evitá-la.

Dizemos que o contrato será aceito se, e somente se, o destinatário compartilhar o quadro de valores no qual baseia-se a manipulação em curso. Uma das habilidades do destinador eficaz, portanto, é a de saber jogar com o quadro certo de valores para cada destinatário a fim de torná-lo sujeito de um determinado fazerⁱⁱⁱ. A compreensão da provocação, nesse contexto teórico, é o ponto de partida para a discussão aqui proposta.

Digamos que o provocador resolva estender esse *bullying* além desse meio social e crie um *blog* difamatório da vítima em questão, com fotos montadas e textos agressivos com o mesmo teor do *bullying* no *chat*, isso seria mais devastador que o *bullying* exclusivamente no *chat*?

Não responda que sim antes de pensar um pouco mais: pode ser que sim, pode ser que não. Pessoas não são feitas de uma sociedade só. Em primeiríssimo lugar, existe o eu-social que interage com o próprio eu-individual. Em seguida, desde que o sujeito se reconhece como tal e, portanto, deixa de entender o mundo e ele mesmo como uma unidade indissociável, existe o “outro”.

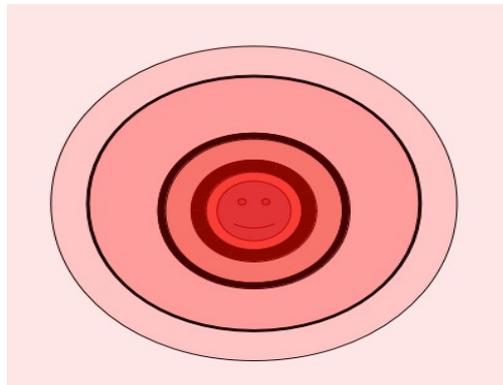


Figura 2: do sujeito ao mundo: interações com mais pessoas e com intensidade gradativa

Se estendemos os círculos sociais hipoteticamente do sujeito em direção ao mundo (Figura 2), não é possível deixar de notar uma expansão e consequente diminuição da intensidade nas relações. A língua é testemunha da cultura: subjetividade e proximidade são efeitos de sentido do mesmo recurso linguístico. Então, podemos inferir que a importância de um número fechado e determinado de pessoas é muito menor nos círculos sociais mais amplos e distantes do que nos círculos mais próximos. Mesmo que se aumente o número de pessoas afetadas no círculo mais distante, a diminuição da importância poderia ser considerada numa proporção exponencial, exigindo um número gigantesco de pessoas afetadas para que o efeito sobre o sujeito fosse igual ou semelhante ao efeito causado em pessoas do círculo mais próximo.

Trata-se, portanto, de um sistema tensivo inverso entre a profundidade extensa do círculo social e a profundidade intensa das relações (Figura 3).

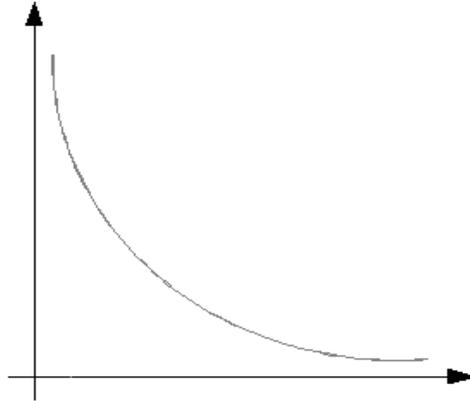


Figura 3: Tensividade inversa: quanto maior o círculo de relações pessoais, menor a intensidade média das relações

Se consideramos esse contexto, começamos a perceber que o *bullying* na internet, mesmo com a capacidade de disseminação da informação que esse meio de comunicação possui, não é uma ameaça necessariamente maior ao sujeito do que o *bullying* realizado no seu círculo social imediato. E há possibilidade de que, se esse círculo imediato não for afetado, a diluição da importância resista fortemente ao aumento numérico dos receptores da mensagem difamadora, tornando-a inócua. Como diria Greimas, fora do texto não há salvação: só podemos julgar cada caso especificamente, e somente os dados que temos em mãos; daí a necessidade de manter essa generalização assim, suavizada.

O outro argumento a favor do *cyberbullying* como sensivelmente mais nefasto do que o *bullying* presencial seria uma maior duratividade da informação. Também depende. Informações na internet só ficam *on-line* para sempre se forem mantidas lá. Podem ser apagadas muito facilmente e podem também permanecer lá sem serem acessadas, como um livro fechado que nunca mais foi lido. Somente uma ação intencional pode garantir sua permanência e foco, mas também a manutenção de uma informação em foco não é uma tarefa fácil e nem mesmo existe uma fórmula que sempre funcione, nem na *web*, nem em qualquer outro meio de divulgação.

Assim, o principal ingrediente da eficiência do *bullying* está no contrato entre os actantes envolvidos. Passemos, portanto à segunda parte da minha provocação (e fique claro: todo *bullying* envolve provocação, mas nem toda provocação é *bullying* ou mesmo negativa).

2 A FALÁCIA DO REVIDE E DA SOLUÇÃO: O PAPEL DA VÍTIMA

A pergunta foi: se o agressor no suposto *chat*, que estivesse vitimizando um membro daquela comunidade *on-line*, resolvesse estender esse *bullying* além do *chat* criando um *blog* difamatório da vítima, isso seria mais devastador que o *bullying* exclusivamente no *chat*?

Depende. Poderia ser, caso a identidade da vítima estivesse calcada em sua imagem em sites e redes sociais afetados por esse *blog*, ou se ela acreditasse piamente que essa sociedade hipotética, chamada mundo, fosse completamente dependente das informações veiculadas nos mesmos canais que ela conhece, ou se ela acreditasse que o mundo virtual tem o poder de criar e

destruir personalidades incluindo a dela. Mas o efeito no *chat* seria muito maior do que o do *blog* se, para aquela pessoa, sua identidade naquela comunidade fosse muito importante, ou seja, residisse nas camadas mais internas de seus círculos sociais.

Por outro lado, isso poderia não afetá-la em absoluto, caso ela não cedesse à provocação: resistindo em sua posição pessoal, fiel a seus princípios e valores, a suposta vítima seria, na verdade, a vencedora.

A sociedade ganharia muito se percebesse que nem sempre atacar é a melhor forma de defesa. Semioticamente falando, trata-se de uma reviravolta moral: o sujeito vítima de *bullying* é vítima se, e somente, toma para si o quadro de valores segundo o qual as investidas do agressor sejam humilhantes, negativas. O agressor, para conseguir seu intento, precisa da validação social desse quadro de valores; então a sociedade, ao estimular o revide, estimula em última análise a própria existência do *bullying*.

Aquilo que constitui o sujeito socialmente não é sua identidade como sujeito, mas a moralização que recai sobre seu comportamento perceptível (GREIMAS & FONTANILLE, 1993, p. 140-157). É evidente que essa característica transforma toda e qualquer sociedade, num primeiro momento, em uma ditadura da maioria, mas isso também permite observar que essa maioria é móvel e que os valores não são, em hipótese alguma, absolutos.

Além disso, a moralização, embora social, acontece do sujeito para consigo: uma pessoa que se acha fora do padrão aceitável é mais suscetível a provocações do que aquela que não tem essa visão de si. Isso acontece porque, embora a provocação se apoie na questão da identidade social do sujeito – não quero que pensem isso de mim, então fecho o contrato –, a instância social é feita de indivíduos que, cada um a seu modo, constrói e desconstrói o quadro de valores que orienta suas ações no decorrer de sua existência.

Podemos começar a pensar sobre modelos tensivos para os quatro tipos de manipulação, que podem ser assim descritas em situação de sucesso da manipulação (GREIMAS & COURTÉS, s/d, p. 270):

- tentação: o sujeito quer aceitar o contrato para conseguir um objeto positivo;
- intimidação: o sujeito quer aceitar o contrato para livrar-se de um objeto negativo;
- sedução: o sujeito deve aceitar o contrato para manter uma imagem positiva de si mesmo;
- provocação: o sujeito deve aceitar o contrato para dissolver uma imagem negativa de si mesmo.

Nos casos de tentação e intimidação, o quadro de valores recai sobre um objeto; no caso da sedução e da provocação, recai sobre o próprio sujeito. O *bullying* pode jogar com intimidação, mas o ingrediente principal da agressão é a humilhação decorrente; portanto, o que está em jogo é a provocação: revide se puder.

Isso que chamamos imagem é um *modus operandis* do sujeito, a parte perceptível de seu estilo semiótico. O estilo que cria sua identidade própria não é totalmente acessível pelo outro a não ser por aquilo que se deixa “entrevê-lo”, ou seja, o que está acessível aos sentidos. Boa parte disso que está acessível à percepção alheia foge ao controle do sujeito, como a concha que emana do molusco (numa alusão a VALÉRY, 1991, p. 105). Outra parte não: o sujeito escolhe o que mostrar, como se mostrar e, se pudesse, abriria mão completamente de sua metade concha e escolheria completamente a imagem que deseja vestir perante os outros.

A moralização recai sobre essa, por assim dizer, imagem pública do sujeito. Ele próprio, comumente, é capaz de moralizar de forma negativa partes de sua imagem, sua metade concha, a que gostaria de esconder mas foge a seu controle. Nesse momento, o sujeito é parte ativa da coletividade agindo sobre si mesmo.

Muitas são as formas de marcar isso para o restante da coletividade. Falamos em *bullying* e pensamos em pessoas encolhidas diante de outras com postura superior, pensamos em pessoas excluídas diante de pessoas que parecem orquestrar a opinião pública contra as primeiras. A retração, o encolhimento são algumas das formas pelas quais o sujeito vitimizado pelo *bullying* procura esconder do olhar da coletividade sua metade concha, a parte de si que, como dissemos, está sendo moralizada negativamente e sobre a qual não tem controle.

Entre o *ser* e o *parecer* dessa situação monopolizadora em que o agressor domina a vítima por desvelar suas verdades, temos a disposição do sujeito para o agir. O “eu” e o “outro” não são posições estanques: o *bullying* é moralizado negativamente em diversas esferas e existe uma moralização negativa do agressor que é geralmente compartilhada pela maioria. O agressor poderia, portanto, ser também vítima de *bullying*, desde que aceitasse que essa moralização de seu estilo agressor fosse negativa.

É possível notar, então, dois campos semânticos nos quais a questão do *bullying* é engendrada: primeiro, a relação entre o indivíduo e a coletividade; segundo, a relação do sujeito com seus próprios valores. A necessidade de reconhecimento social leva o sujeito a identificar-se com valores que podem ser destrutivos para ele mesmo: é quando o valor social torna sua metade concha uma marca de negatividade em sua identidade. Ao assumir esse valor, o sujeito tende a maximizar sua percepção dessa característica – ou da falta dela – em si e nos outros e é esse comportamento exagerado que permite à coletividade detectar uma falha de segurança na habilidade social do sujeito, prato cheio para um agressor à procura de uma vítima. A presença real dessa característica é praticamente irrelevante – que o digam as centenas de belas anoréxicas que se enxergam gordas no espelho. Numa sociedade de sujeitos imperfeitos, a imperfeição só pode ser um suplício para quem tem um quadro de valores deformado.

Notamos, então, que há um elemento aspectual na emersão do estilo semiótico que torna um sujeito passível de *bullying*. Isso não significa que ele será agredido, só significa que pode vir a ser vitimizado mais facilmente do que alguém que não exagera o cuidado em esconder uma característica pessoal que julga ser socialmente inadequada.

O que esse sujeito deseja é que essa metade concha se dilua no conjunto do comportamento perceptível, para que não venha a constituir-se como alvo de moralização negativa. E isso é possível, mas numa medida inversa ao desejo: quanto maior o desejo de esconder, maior a possibilidade de mostrar.

Zilberberg e Fontanille (2001, p. 143-144), ao tratar da questão da presença do sujeito no mundo, propõe uma tipologia emocional do sujeito que opõe o sujeito concentrado ao sujeito desligado:

Assim é que um sujeito “mobilizado” será *arrebatado* pela emoção, vindo a tornar-se até mesmo, quando dotado das competências e dos programas de uso requeridos, “fantasmático”, conforme demonstra a leitura da fábula de La Fontaine, proposta em *Semiótica das Paixões*. Da mesma forma, um sujeito “concentrado”, cujo próprio corpo carrega consigo todo o ser, poderá ser considerado *exaltado*, ou até extático, o que demonstrou M. De Certeau em sua análise de “L'absolut du patir”.

A mesma figura, tensa ao máximo, poderia, mais comumente, ser considerada como a do sujeito “embevecido”.

Numa perspectiva semelhante, mas tendo em vista que a moralização é negativa, teremos um quadro em que o sujeito desligado é o sujeito eufórico: livre das coerções do quadro de valor que o desmoraliza, ele não estaria sujeito à manipulação por provocação que caracteriza o *bullying*.

A constância da provocação num sujeito mobilizado pode engendrar a tentativa de revide (quando ele tentaria passar a sujeito concentrado). O insucesso da tentativa vai fortalecer a provocação: o sujeito vitimizado pelo *bullying* sofre porque jamais passa de sujeito virtualizado para sujeito realizado.

No entanto, uma mudança de perspectiva o faria descobrir que aquele contrato não precisa ser fechado, sua metade concha não é uma anomalia, pois todos os indivíduos de qualquer coletividade possuem cada qual a sua própria metade concha. O espalhamento do foco diminui, conseqüentemente, a intensidade do problema e é capaz, sem qualquer revide ou agressão, ou melhor, sem o fechamento de contrato, a importância daquilo que parecia um defeito imenso, que só poderia ser suportável se muito bem escondido.

Temos em jogo, portanto, um modelo tensivo em que, quanto mais visível, mais moralizável, exatamente como é esperado que aconteça pela proposta do percurso gerativo das paixões (Figura 4). A vítima, portanto, é, antes de mais nada, vítima de sua própria fidelidade ao quadro de valores propostos pela provocação em curso no *bullying*.

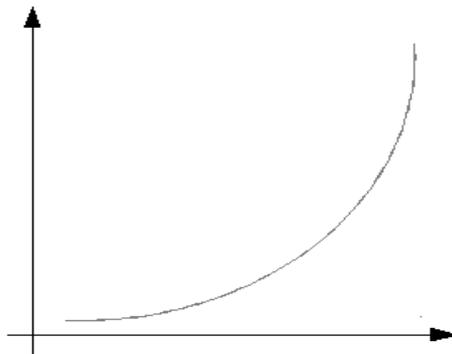


Figura 4: Sistema de tensividade converso: quanto mais visível (profundidade extensa das características visíveis), mais moralizável (profundidade intensa da moralização social que incide sobre estas características).

E quanto ao agressor? Para ele, quanto mais visível for o sucesso da agressão, maior sua credibilidade social. O agressor é um sujeito que baseia sua identidade exatamente no mesmo lugar que a vítima: na moralização social. Portanto, está sujeito ao mesmo modelo tensivo que sua vítima (Figura 4). Não é à toa que vítimas de *bullying* muitas vezes tornam-se agressores.

Este detalhe é importante: um bom manipulador é alguém que sabe jogar com quadros de valores independente de concordar ou não com eles. Ele escolhe o quadro de valores a ser usado no processo de manipulação conforme percebe a anuência do destinatário com tal quadro. O agressor, no caso do *bullying*, não possui esse jogo de cintura: ele usa a agressão como forma de esconder sua própria metade concha, pois está integrado ao mesmo quadro de valores que sua vítima. E é esse o ponto em que o agredido é capaz de virar a mesa: ou por conseguir agredir de

volta (quando o revide tem sucesso, ele pode impedir a continuidade da agressão), ou por desligar-se do quadro de valores em questão, deixando de cumprir o contrato proposto.

3 BULLYING PELA INTERNET

A análise do agressor e da vítima de *bullying* foi feita num quadro em que o meio de gerar a provocação e a agressão não participou da caracterização do *bullying*. Por que a internet seria um meio mais ou menos propício, com resultados mais ou menos devastadores que o *bullying* realizado fora dela?

Os argumentos mais usados para a criação e uso do *cyberbullying* como um tipo especial de agressão são o maior público, a maior duração e a possibilidade de anonimato pelo agressor.

Começamos pela última, considerando-se a definição de *bullying* de Silva (2010, p. 21):

um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticados por um bully (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender. Seja por uma questão circunstancial ou por uma desigualdade subjetiva de poder, por trás dessas ações sempre há um bully que domina a maioria dos alunos de uma turma e “proíbe” qualquer atitude solidária em relação ao agredido.

Um agressor anônimo não se encaixa nessa definição; portanto, a possibilidade de anonimato não é pertinente para a análise do *bullying*. Por outro lado, o anonimato do agressor frente às autoridades – contrariamente do que diz o mito – é muito mais difícil num meio como a internet: na escola, por intimidar diretamente muito mais pessoas, ele pode ficar eternamente impune. Na internet, já que ele não pode garantir que a ação de *bullying* fique restrita à turma que consegue controlar, ele está muito mais vulnerável e as sanções que recairão sobre ele não são mais de pessoas que ele pode tentar subjugar. O estardalhaço geralmente é maior não porque o problema seja maior, mas porque o *bullying* foi descoberto por uma sociedade à qual ele não foi endereçado.

Começamos este artigo justamente tratando da questão do público maior: o *bullying* é baseado na questão de reconhecimento social; ele é maior nas escolas porque, nessa fase da vida, o círculo social é geralmente mais restrito e, portanto, muito mais importante para a identidade social do sujeito. Em outras palavras, ser reconhecido socialmente num ambiente fechado que é um dos poucos em que o sujeito transita é muito mais relevante para sua identidade social do que ser reconhecido por uma sociedade ilimitada e desconhecida, como é o público da internet. No entanto, cada texto é um texto – cada caso é um caso – e, se a vítima ocupa o papel de excluído social (Figura 1), a exclusão num grupo maior pode eventualmente intensificar a sensação de exclusão e torná-lo mais vulnerável à provocação.

Sobre a duratividade da agressão: sem dúvida a duratividade é um elemento importante para o *bullying*. Um caso isolado de agressão sequer pode ser considerado como tal; é sua repetição o que intensifica o ato e aumenta o poder e o sofrimento do agressor e da vítima, respectivamente. Considerando-se o caso em que a internet é um ambiente importante de identidade social para

alguns sujeitos, estes são passíveis de sofrer *bullying* nesse meio. A publicação de uma foto pode, mesmo após ser apagada, continuar produzindo efeitos negativos sobre essa pessoa, pois o conteúdo disponibilizado na internet é passível de replicação sem a menor necessidade de atuação do agressor. Seria, portanto, uma forma mais cômoda para o agressor no sentido de realizar o *bullying*.

Mas para a vítima, não faz a menor diferença se a continuidade da agressão vem diretamente do agressor principal ou não: ele tem poder sobre a vítima porque deflagrou o *bullying* e é este o efeito que ele busca quando divulga a imagem negativa da vítima – sua metade concha – num ambiente propício à replicação, como o é a internet.

Isso, no entanto, nos faz voltar à questão do círculo social: do mesmo modo que a vítima não pode impedir que a imagem negativa se espalhe, o agressor não pode garantir que vá se espalhar nos meios desejados. É mais fácil manter o controle de uma situação face a face do que num meio instável e aberto como a internet e sua ação pode acabar totalmente inócua, ou ser descoberta, como comentado acima.

A duração de uma ação agressiva depende, portanto, muito mais de circunstâncias favoráveis e do controle do agressor sobre a situação do que do meio pelo qual ela se propaga.

Não se trata de afirmar que a internet não é um meio para disseminação de *bullying*: ela é, contanto que se constitua como um espaço social importante para o sujeito vitimizado em cada caso específico.

GUISADO DE REFLEXÕES

O *bullying* nas escolas é um problema real, com ou sem internet. Procuramos mostrar que, dentre as duas saídas para a vítima de *bullying*, aquela em que ele pacifica sua relação com sua metade concha – em que ele faz as pazes consigo mesmo, diminuindo a intensidade de sua própria avaliação da imagem que considera negativa – é a melhor de todas.

Um revide com sucesso, como quando um jovem consegue bater no grandalhão que o atormentava, não modifica a relação das pessoas com o quadro de valores que possibilita o *bullying*: esse evento é baseado em preconceito social, baseado numa moralização excessiva e, portanto, que coloca a sociedade acima do indivíduo, despersonalizando-o. Ao revidar, a vítima torna-se agressor. Mesmo que não vá desejar promover o *bullying*, mostra para a comunidade que a razão de ter sido agredido continua válida, mas ele não ocupa mais aquele papel. A mídia costuma investir nessa solução que não resolve o problema, só muda o nome dos personagens, por exemplo em histórias de heróis que, de repente, ganham ou toma consciência de uma força capaz de torná-lo agressor no lugar de agredido. E isso tem uma influência muito maior nos jovens que ainda estão em busca de sua identidade social.

A outra opção é desistir, desligar-se do quadro de valores no qual baseia-se a provocação. Uma menina gorda que se acredite linda não sofre *bullying*: é a insegurança que torna sua aparência um problema, e não a aparência em si. Foi isso que procuramos mostrar com a análise do modelo tensivo da vítima: ela é vítima porque é o primeiro moralizador da imagem negativa que gostaria de ocultar. Um sujeito desligado é mais estável, mas como não é possível desligar-se completamente de todo e qualquer quadro de valores, a posição ideal é a distendida (ZILBERBERG & FONTANILLE, 2001, p. 144), uma posição de não-concentração, não exaltação, privilegiando a

extensidade.

Sendo assim, há que se reavaliar a internet como problema: ela traz mais um meio para disseminação da agressão, sem dúvida, mas também traz para a vida das pessoas mais um espaço de intimidade, espaço no qual é possível encontrar uma turma de amigos independente da escola e, portanto, pode ser a saída magistral para a vítima de *bullying*: ao encontrar uma comunidade que a aceita, a tensão que pode recair na escola sobre sua metade concha – a imagem negativa – diminui sensivelmente já que o reconhecimento social é garantido nesse espaço *on-line*, inexistente no passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Análise Semiótica do texto*. 4.a edição. São Paulo: Editora Ática, 2005.

FERREIRA, Aurélio. B. H. *Mini Aurélio*. 7.a edição. Curitiba: Editora Positivo, 2008. p. 819.

LARA, Gláucia M. P., MATTE, Ana C. F. *Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

GREIMAS, Algirdas; COURTÉS. *Dicionário de Semiótica*. Tradução Alceu D. Lima, Diana L. P. Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignácio A. Silva, Maria J. C. Sembra, tieko Y. Miyazaki. São Paulo: Ed. Cultrix, s/d.

GREIMAS, Algirdas; FONTNILLE, Jacques. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Ática: São Paulo, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Oralidade e Escrita: Uma ou duas Leituras do Mundo?*. Linha D'Água, v. 15, p. 41-62, 2001.

SILVA, Ana Beatriz B. *Mentes Perigosas nas escolas: bullying*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

ZILBERBERG, Claude; FONTANILLE, Jacques. *Tensão e Significação*. Tradução Ivã C. Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001.

VALÉRY, Paul. O homem e a concha. In: *Varietades*. Iluminuras: São Paulo, 1991. p. 97-112.

- i FERREIRA, Aurélio. B. H. Mini Aurélio, 7.a edição. Curitiba: Editora Positivo, 2008. p. 819.
- ii Para mais sobre manipulação, cf. Barros, 2005, p. 45.
- iii Sobre as regras básicas de constituição do sujeito, ver Lara e Matte, 2009, p. 39.